

SESSÕES DO PLENÁRIO

29ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 06 de abril de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1ºVICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(56)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Euclides Fernandes comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 28/03/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. (**Oradores inscritos**)

Com a palavra o deputado Augusto Castro pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, Srs. Deputados da Oposição, Deputados da Base do Governo, venho à tribuna desta Casa, na tarde desta quarta-feira, para dizer da agonia em que chegou a população de Itabuna, que hoje sofre com a grande crise hídrica no Brasil e na Bahia.

Hoje, a cidade de Itabuna foi matéria do *Jornal da Manhã*, da *Rede Globo*, relatando o caos que vive a cidade, deputado Herzem Gusmão, V.Ex^a que representa Conquista, da falta de água que chegou às torneiras da população da cidade. Deputado Sidelvan, que conhece bem aquela região, Itabuna hoje pede socorro às autoridades do município, que não fez o dever de casa, no sentido de se planejar.

Claro que essa crise hídrica pegou todos os municípios daquela região. Mas a nossa cidade, de forma muito especial, é uma cidade grande, que tem 220 mil habitantes e o sistema de água é dirigido pela Empresa Municipal de Água e Saneamento – Emasa. E hoje, a população de Itabuna não tem para quem apelar.

A cidade, hoje, com uma população que precisa do abastecimento, deputado Bira, não tem ainda a conclusão da barragem. Agora que o governo, há trinta dias, iniciou a obra da barragem. E esperamos, todos, que essa obra não seja paralisada, pois comprometeria toda a economia da nossa região. A cidade vive no desespero, com doenças e mais doenças chegando, porque Itabuna só tem hoje 18% de saneamento básico, fruto da falta de investimento ao longo dos últimos 20 anos. A cidade não tem capacidade de investir na infraestrutura e no saneamento básico, porque a empresa não tem aporte financeiro.

Existe uma proposta para se fazer um investimento, deputado Carlos Geilson, em Itabuna, através de uma parceria pública privada. Estão em análise, inclusive, discussões com relação a um plano municipal de saneamento básico, com várias audiências públicas. A cidade hoje tem um decreto de emergência reconhecido pelo governo federal, através do Ministério da Integração Nacional e da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Como parlamentar e representante legítimo daquela terra, venho aqui pedir a esta Casa uma intervenção, no sentido de contar com a sensibilidade do governo do Estado da Bahia, com a Embasa e com a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento, que fez um gesto em liberar R\$ 3,5 milhões. Mas não dá!

A cidade precisa sair da situação em que se encontra hoje. A população está indo para as ruas querendo o líquido precioso, que é a água, deputado Herzem. Não se tem hoje a quem apelar. Na cidade, falta água para o consumo humano. É uma estrutura de abastecimento que não atende. É uma região tropical, uma região em que chove muito, mas a crise que o País está passando com a falta de chuva deixou a região do cacau nessa situação.

Eu venho aqui contar e fazer um apelo ao Poder Legislativo do Estado, ao nosso presidente Marcelo Nilo, aos deputados da Base do governo e da nossa Base da Oposição que, no momento certo, esteve na barragem e pautou o governo, no sentido de iniciar essa importante obra. É papel nosso de parlamentar e representante daquela região, defender os interesses dali. Mas a cidade hoje não tem para quem apelar, porque falta água. A economia de Itabuna hoje não cresce. Há especulação de que a Trifil poderá ser fechada em Itabuna, porque está faltando água para a indústria.

Quero contar com o apoio da Bancada dos deputados federais que também recebem os votos daquela região. Itabuna vive um momento muito difícil na economia e neste momento, agora, a população pede o apoio deste Parlamento. Recebo aqui as lideranças políticas de Itabuna, o suplente de vereador, professor Gérson Dourado, Felipe e algumas lideranças do setor de transportes da Prefeitura. Agradeço a presença de vocês e quero dizer da importância do apoio desta Casa no sentido de socorrer Itabuna.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, deputada Luíza Maia, do Partido dos Trabalhadores, senhoras e senhores aqui presentes, quero aproveitar aqui, atento que estava ao pronunciamento do deputado Augusto Castro, quero-me solidarizar com a população de Itabuna. Ainda hoje pude assistir pela imprensa a situação pela qual passa a população de Itabuna que enfrenta a maior seca dos últimos 30 anos. Realmente, deputado Augusto, quero-me solidarizar com V.Ex^a, com o povo itabunense e fazer esse apelo aos governos municipal, estadual e até o federal, se é que ainda existe, que voltem seus olhos para Itabuna.

Eu queria me reportar aqui ainda, meu caro presidente, em relação à reunião da Comissão da Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, realizada ontem, com a presença do Dr. Saulo Pontes, diretor-superintendente de Infraestrutura de Transporte do Estado da Bahia, órgão que substituiu o extinto Derba. A situação apresentada pelo Dr. Saulo é de estarrecer, porque entendemos que a infraestrutura de um estado ou município é de fundamental importância para os seus desenvolvimentos. Assim como é um equipamento que protege a vida humana nas estradas diariamente. E as condições de precariedade dessas estradas, certamente leva perigo à vida dessas pessoas.

Os números, aqui na Bahia, nos estarrecem ainda mais, deputado Herzem, quando verificamos que em nove anos e três meses de governo do PT menos da metade da malha rodoviária baiana sofreu intervenção do Estado, no sentido de recuperá-las ou fazer manutenção. Cerca de 8,5 mil km de estradas na Bahia, em nove

anos, sofreram algum tipo de intervenção no Estado. Com o orçamento acumulado nesses nove anos em cerca de 250 bilhões de reais, apenas pouco mais de 2 bilhões de reais foram investidos nessas estradas.

Quero chamar aqui a atenção, caro presidente, da situação das estradas lá da região do Baixo Sul. Se o Estado da Bahia já não tem sido contemplado por este governo, pelo menos no que diz respeito à manutenção de estradas, muito menos o Baixo Sul. Parece que ali naquela região o governo pula, ele sai daqui e quando chega perto ele pula e já sai lá depois de Itabuna, depois de Ilhéus. Parece que é uma região que não existe, apesar das boas performances eleitorais – meu caro deputado Tom – do governador Rui Costa e do ex-governador Jaques Wagner, que sempre ganharam, lá na região, com boa margem de votos, à exceção de Cairu. Essa região é totalmente esquecida.

Nós temos ali uma estrada que liga Aratuípe ao distrito de Maragogipinho, um distrito muito conhecido pelo seu artesanato, apenas 6 km de estrada cheia de buracos. A estrada que liga Aratuípe a Jaguaripe já sofreu intervenção no ano passado e, em menos de um ano, já está, de novo, cheia de buracos. O semianel rodoviário de Valença, do qual o governo fez tanta propaganda, contratou empresa para desenvolver o projeto executivo e nunca mais falou sobre essa obra de fundamental importância para a nossa região, já que a BA-001 corta a cidade de Valença ao meio causando transtornos para a sua população.

A estrada que liga Valença a Camamu do mesmo jeito, uma estrada que liga 2 cidades polo de uma região. A estrada que liga Nilo Peçanha a Cairu: são apenas 22 km e há mais de 8 anos não sofre uma intervenção para recuperá-la. A estrada que liga Ituberá a Pratigi; a estrada que liga Ituberá a Piraí do Norte: há mais de 10 anos que essa estrada sofreu algum melhoramento. E a estrada que liga Camamu a Travessão – 42 km – do mesmo jeito, já se encontra cheia de buracos.

Infelizmente, na apresentação do Dr. Saulo, ontem, na nossa Comissão, ficamos completamente estarelecidos, porque ficou comprovada a total incapacidade do governo do Estado de fazer intervenções com seus próprios recursos.

Esses empréstimos têm sido aprovados aqui na Assembleia. Se, de fato, eles forem alocados na direção de recuperar, de melhorar as estradas da Bahia, aí, sim, essa é a única esperança, deputado Tom, que temos de ver as nossas estradas melhoradas por este governo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Herzem.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, colegas da imprensa, *TV Assembleia* acompanhando os trabalhos da Casa, o PT nos faz acreditar que foi ele quem inventou a política de

habitação. E, na verdade, vi um trabalho de universidade mostrando graves distorções do programa Minha Casa Minha Vida, e fazendo, inclusive, um apelo às universidades para que o governo corrija as distorções, tais como a escolha dos locais, a falta de assistência onde não há transporte, escola, saúde. Pelo menos na minha terra, os conjuntos habitacionais são distantes da cidade, dificultando para a prefeitura, para a Coelba, para a Embasa.

Resultado, quero lembrar que existiu no Brasil um grande programa de habitação, com o qual Collor de Mello acabou. Collor, quando se elegeu presidente do Brasil, dizia que existia muita corrupção no BNH. E o que ele fez com o Banco Nacional da Habitação? Um banco que tinha recursos próprios do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço da classe trabalhadora. O que fez Collor? Em lugar de combater a corrupção, ele acabou com o Banco Nacional da Habitação.

No Banco Nacional da Habitação você comprava uma casa própria com um programa e tabelas extraordinárias: SAC, SAM, Price, tabela mista, as quais conheço bem, porque fiz um curso na Enap - Escola Nacional de Habitação e Poupança. E eu diria que da geração dessa política de habitação surgiram cooperativas, surgiu a Urbis.

Hoje, temos apenas 2 escritórios da Urbis nesse grande território da Bahia. São 417 cidades e só tem um escritório no interior, em Feira de Santana – terra dos deputados Carlos Geilson, Arimatéia e Zé Neto – e um escritório em Vitória da Conquista. Conquista atende – deputado Rosemberg Pinto, Líder do PT – de Itamaraju a Bom Jesus da Lapa e tem apenas um escritório da Urbis com apenas uma funcionária. E o governo do Estado, inexplicavelmente, o desativou.

Hoje, pela manhã, Antônio de Oliveira Andrade Neto, Representante dos Mutuários, protocolou, na governadoria, e entregou a S. Ex^a, o governador Rui Costa – está aqui o protocolo da Casa Civil – um comunicado solicitando do governo: revogação do ato do fechamento do escritório; reabertura do escritório e retomada imediata do atendimento aos mutuários; dispor uma equipe de atendentes compatível com a demanda dos serviços; determinar à Urbis presteza na solução das pendências das suas áreas de competência.

Quero, aqui, fazer um apelo aos deputados do governo de Vitória da Conquista. Quero fazer um apelo ao deputado Jean Fabrício, do PCdoB. Quero fazer um apelo ao deputado José Raimundo: é inaceitável o governo fechar, sem nenhuma explicação, o único escritório da Urbis, em toda a região, que atende o extremo sul da Bahia, até Bom Jesus da Lapa.

E o governo, pelo menos os seus representantes em Conquista, não reagiram. Pelo menos o deputado do PT sabe, porque o vereador que é liderado por ele, meu amigo Fernando Vasconcelos, conhecido como Jacaré, mora na Urbis 6, é uma liderança da Urbis 6 e permitiu, junto com o deputado Zé Raimundo, a desativação desse escritório. Quero acreditar que o deputado – junto com Jean Fabrício – terá competência para devolver esse escritório à cidade que o perde. O governo bate, Sr. Presidente, e ela apanha; ela apanha e o governo bate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Tom Araújo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, o que me traz aqui, nesta tarde de quarta-feira, é o que ouço há alguns dias por parte de alguns integrantes do PT, o Partido dos Trabalhadores.

Sobem aqui a esta tribuna e, nos quatro cantos deste país, colam adesivo no peito dizendo que não vai haver golpe. Parece que é uma orquestra: não tem golpe, não vai ter golpe, não há golpe. Golpe é o que foi cometido com a população do nosso país, do nosso Brasil.

A presidente Dilma, durante a campanha eleitoral, vendeu um Brasil inexistente para as pessoas. Todo mundo imaginava que se vivia num oásis da prosperidade, todo mundo com emprego nas suas casas, ganhando bem, um mundo de possibilidades. Quando passam as eleições, percebe-se que o mundo caiu. Mas caiu para a população, para as pessoas que confiaram, mais uma vez, nesse partido, que, sim, comete um estelionato com a população do nosso Brasil. Inventar números, junto ao TCU, que é um órgão fiscalizador; dizer que todos fazem e sempre fizeram isso; que, se forem buscar quem fez ou deixou de fazer manobra fiscal ou pedalada fiscal, não vai ficar nenhum. Esse é o tipo de argumento de quem está no governo, bem como o de que cometeu ou deixou de cometer uma falha, porque outros também cometeram ou deixaram de cometer.

É muito simples, é muito fácil fazer um discurso eminentemente político de que não tem que haver golpe no Brasil. E as pessoas que estão perdendo os seus empregos? E a corrupção da Lava Jato? E o crime que foi cometido com a Petrobras, a maior empresa pública do nosso Brasil? Fico a me perguntar: será que é natural ir às ruas? Será que vão com a consciência tranquila, somente com o discurso político para esvaziar e igualar todo tipo de político? Porque, depois do discurso das ruas, todo político é igual. Na lista daqueles que receberam dinheiro das empresas que estão envolvidas na Lava Jato, há o nome de muita gente, de vários partidos, de diversos partidos. Mas muitos não têm a legitimidade para dizer que receberam legalmente o recurso que ali foi divulgado. E aí querem igualar todo mundo, com o discurso de que todos os políticos são iguais.

O que vemos hoje em relação à economia do Brasil faz com que a presidente Dilma não possa se sustentar onde se encontra. A população foi às ruas porque está sentindo na pele o sofrimento. Golpe é contra os estudantes que tiveram o chamado Fies e estão com as contas embananadas. Eles não conseguem honrar os compromissos assumidos com a bolsa de estudos, que, supostamente, quando conseguissem um emprego, depois da formatura, iriam pagar.

Gostaria muito de saber se os que colam adesivo, no peito, de que não vai haver golpe não cometeram um golpe contra a população brasileira; contra aqueles que não têm mais emprego, aqueles que não têm mais oportunidade para pagar as suas contas em dia; contra os estudantes que antes tinham a perspectiva de pagar aquilo que supostamente receberam de benefício.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, não vou responder ao deputado Tom, porque quero hoje insistir na história dessa emenda louca, reacionária, sexista, machista do deputado Isidório sobre o nosso plano estadual de educação.

Srs. Deputados, o nosso plano estadual de educação tem 20 estratégias. E o que o deputado Isidório invocou? Na estratégia 2.1, olhem só a redação: *“Formalizar procedimentos orientadores para que o ensino fundamental seja um espaço de ressignificação e recriação da cultura herdada, privilegiando troca, acolhimento e senso de pertencimento para assegurar o bem-estar das crianças e dos adolescentes”*. Depois vou ler o que a emenda dele diz.

Ele quer colocar – imaginem a confusão –, nesta estratégia 2.1, a seguinte redação: *formalizar procedimentos orientadores para que o ensino fundamental seja o espaço de ressignificação e recriação da cultura herdada (salvaguardando temas oriundos sobre sexualidade natural, constituição de família, ideologia de gênero e correlatos. Afinal, a premissa dos mesmos é do pátrio poder), privilegiando trocas, acolhimento.*” – Aí ele repete o que está no nosso plano – *“... senso de pertencimento, para assegurar o bem-estar das crianças e adolescentes, a plena consciência da presença divina na criação do homem e da mulher.”*

Tenha paciência, deputado! Acho que a religião não pode interferir, em um estado laico, da forma absurda com que o deputado Isidório apresenta esta emenda, que, no meu entender, precisa ser rechaçada pela Casa. Quero fazer um apelo a esta Assembleia para que realmente esse absurdo não aconteça.

Na estratégia 2.16, ele diz: *“Estimular que a diversidade cultural, religiosa e etnia sejam objeto de tratamento didático-pedagógico e integrem o currículo das escolas e da formação de professores desta etapa da Educação Básica.”* Ele quer que tire as palavras gênero e sexualidade.

Então, acho que é uma coisa absurda, atrasada, medieval. A mulher teve a sua sexualidade reprimida por muito tempo. O tema é moderno e precisa ser discutido, porque ele quer jogar essa responsabilidade apenas para as famílias. E as crianças que estão com as suas famílias desestruturadas? Não tem sentido.

A interferência da religião não pode ser dessa forma. O estado é laico e não

podemos fugir da realidade. Nenhum cidadão pode interferir no plano de educação, que é uma coisa tão ampla.

Quero fazer um apelo a esta Casa, para que, realmente, possamos rejeitar esta emenda do deputado Isidório. A sua justificativa foi uma coisa muito atrapalhada, pois não conseguimos entender o que ele está querendo dizer. Ele fala que o que se quer é fazer uma apologia a homossexualidade, e isso é um outro absurdo.

A discussão tem que ser feita de forma correta e científica, quebrando esse tabu de que o assunto não pode ser debatido ou que criança não pode saber. E como é que fica com a família que não está preparada para explicar isso para os seus filhos?

Como está acabando o meu tempo, quero aqui registrar a minha satisfação por ter participado, pela manhã, da entrega do navio Doca Multipropósito, da Marinha do Brasil, batizado Bahia, com a Presidente Dilma. Foi um ato bonito. Além disso, temos que nos orgulhar da militância que temos. Lá ela se encontrava, mesmo debaixo de chuva, com as suas bandeiras, dizendo: “Não vai ter golpe!” Com ou sem o PMDB, porque o Brasil se levanta, não aceita o golpe. Não adianta o vereador Tom Araújo, do qual gosto tanto, fazer esse discurso meio doido; porque também é golpe querer interromper, rasgar a constituição, principalmente sob ameaças de, havendo golpe, colocar Eduardo Cunha para presidir o nosso Brasil.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, subo a essa tribuna para trazer a preocupação de uma cidade, que também é dos demais municípios do Estado da Bahia, em relação à segurança pública. Mais precisamente, do Município de Santo Estêvão, que tem 54 mil habitantes, localizado na microrregião de Feira de Santana, às margens da BR-116 Sul, cuja população pede clemência porque não aguenta e nem suporta mais a violência que acontece lá. A comunidade, em reunião e passeata, exige algumas ações do governo do Estado.

Recentemente, uma comissão formada por diversos setores da sociedade da cidade elaborou um documento em que pede, pelo menos, 11 providências para o combate à violência no município.

Estão entre os pedidos o retorno da medida protetiva, o “toque de acolher”, e o monitoramento eletrônico em 36 pontos estratégicos da cidade. A população está sobressaltada. Santo Estêvão está na UTI em termos de segurança pública.

A comissão organizou a caminhada de paz no final do mês de março para endossar o clamor pelo fim da violência na cidade. A manifestação foi divulgada em todo o Estado, e é de conhecimento da cúpula da Segurança Pública da Bahia.

Tem de haver alguma intervenção naquele município. A presença de um delegado fixo para os plantões de finais de semana e feriados se faz necessária, como

também a intensificação da ronda escolar.

Já falamos do retorno da medida protetiva, ora conhecida como “toque de acolher”, e também do aumento do efetivo policial da 57ª Companhia Independente de Polícia Militar (CIPM) do Município de Santo Estêvão.

Quero fazer uma observação aqui: é inaceitável, é uma estupidez, a Polícia Militar de Santo Estêvão ter que cuidar de outros municípios, e municípios um pouco mais distantes de seu território, como o Município de Tanquinho, que está imbricado em Feira de Santana, a exemplo da Cidade de São Gonçalo dos Campos.

É inaceitável, imponderável! Só uma mente brilhante, para não dizer o contrário, pega uma cidade como São Gonçalo, que vive uma conurbação com Feira de Santana, e a subordina ao comando da Polícia Militar de Santo Estêvão. O mesmo está acontecendo com o Município de Tanquinho.

Também é necessário que haja investimento e sistema de monitoramento eletrônico em todas as áreas de acesso à cidade, como existe no centro comercial, com 36 câmeras.

Faço este pronunciamento alertando sobre o que já é de conhecimento da cúpula da Segurança Pública da Bahia: a violência que assusta, amedronta e recolhe o cidadão à sua casa.

Enquanto a comunidade, o cidadão de bem está atrás das grades em suas casas, temendo a violência, estão soltos aqueles que deveriam estar atrás das grades, nas delegacias e nos presídios, aterrorizando, amedrontando e levando o desespero a milhares de famílias na Bahia, especialmente no Município de Santo Estêvão.

Cobramos e deixamos nossa reivindicação aqui. Que reverbere o nosso grito em defesa do Município de Santo Estêvão por todo o Estado da Bahia, porque é um clamor geral.

Falta segurança pública no governo do PT! Falta um olhar carinhoso para com o cidadão deste Estado!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Adolfo Viana):- Saúdo os estudantes e professores do Colégio Augusto Comte, do bairro de Nova Brasília, que estão presentes no Plenário. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa da Bahia.

Com a palavra o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de 5 minutos.

O deputado Rosemberg estava inscrito antes. Depois, o deputado Joseildo, e depois, V.Exª.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, inicialmente, gostaria de saudar os estudantes que estão em nossas Galerias. Sejam

muito bem-vindos à Assembleia do Estado Bahia. É sempre uma alegria poder receber vocês em nossas Galerias.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, não podemos fugir do tema que, sem sombra de dúvida, é o assunto principal no Estado da Bahia: a questão da violência pública.

Estamos exigindo a nomeação imediata dos 800 policiais civis. O governador do Estado identificou que a Bahia precisava aumentar o número de delegados, investigadores e escrivães. Por esse motivo, fez um concurso, e 800 pessoas que passaram foram para a Academia de Polícia e se prepararam para ganhar as ruas. Agora, estão apenas aguardando a nomeação pelo Sr. Governador do Estado da Bahia no *Diário Oficial*, justamente para que possam defender os cidadãos da Bahia nas ruas.

Para a nossa tristeza, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, a Cidade de Irará ontem, Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes, teve 3 agências bancárias assaltadas. Ou seja, o crime organizado foi até a Cidade de Irará e explodiu 3 agências bancárias. Não estão nem tendo mais receio da Polícia, porque sabem que o baixo efetivo policial não dá condição à Polícia de combater o crime organizado.

Deputado Herzem Gusmão, os criminosos invadiram a Cidade de Irará e assaltaram 3 agências bancárias.

Antigamente, eles assaltavam uma e fugiam rapidamente, com medo da Polícia. Agora, eles assaltam uma agência bancária, saem com tranquilidade e assaltam outra e depois outra. Ou seja, ficaram, praticamente, hospedados na Cidade de Irará enquanto cometiam os assaltos a bancos.

Isso é inadmissível! Esta Assembleia Legislativa não pode aceitar calada esse tipo de coisa. Ou tomamos uma providência e exigimos do governador a imediata nomeação desses policiais ou continuaremos a receber, através dos jornais e *blogs*, notícias como essa.

Imaginem V.Ex^{as} que eles assaltaram 3 agências em uma cidade de uma vez. Assaltaram uma, depois outra e depois outra. Não acho, sinceramente, que uma ação de assalto a banco seja feita com rapidez. Imagino que eles devam gastar, pelo menos, 40 minutos, 1 hora, quem sabe, para que isso aconteça.

É inadmissível que estejamos, aqui, aceitando com tranquilidade essa não nomeação do governador Rui Costa dos 800 policiais civis do Estado da Bahia.

Quero fazer um chamamento de atenção aos parlamentares desta Assembleia Legislativa: o Estado da Bahia não pode perder a luta contra o crime organizado! Para que isso aconteça nós precisamos cobrar do governador Rui Costa a nomeação imediata dos 800 policiais civis. Ou nós fazemos isso, ou nós ficamos passivos, aguardando que a violência bata na nossa porta.

Vamos lutar juntos por essa nomeação, porque, sem sombra de dúvida, fazendo isso estamos cumprindo com o nosso papel e defendendo os interesses dos baianos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu querido Sidelvan Nóbrega, ouvi atentamente várias intervenções. Meu querido Tom Araújo, gostaria de parabenizá-lo, porque essa semana foi o seu aniversário, mas também quero dialogar com o seu pronunciamento. Eu dizer que vou fazer uma ação e, um ano depois, não ter condição de realizá-la, porque a economia e as condições não são favoráveis não é enganar ninguém, não é golpe.

Golpe é essa tentativa, hoje, de alguns segmentos, os quais já estão mudando de opinião, deputado Herzem Gusmão. Inclusive, hoje, ouvimos declarações de ilustres do vosso partido, dizendo que a tentativa de *impeachment* caiu por terra e que agora o mais interessante seria convocar eleições gerais em outubro, junto com a eleição dos prefeitos e vereadores.

Ora, na realidade, essa também é uma tentativa de impedir que a Constituição seja cumprida na sua efetividade, porque o mandato aprovado no Congresso Nacional é de quatro anos, não de dois anos. Por que tem de interromper, se o jogo foi definido para quatro e não para dois anos? Eu, neste momento, demonstro que é um ato político, não um ato de possibilidade de construção do *impeachment* dentro da legalidade constitucional. Tanto é assim que o relator da comissão que analisa o *impeachment*, antes de apresentar para o Plenário da comissão, deputado Joseildo Ramos, foi apresentar à direção do seu partido para que esse validasse a posição que ele levaria ao Plenário. Essa é a coisa mais inusitada que já vi na minha vida!

A *Folha de São Paulo* acabou de divulgar o relatório do deputado Jovair, o qual ele apresentou antes ao colegiado do seu partido, para saber se era aquilo mesmo. Ou seja, o relatório está eivado de vícios.

Quero, aqui, meu querido Carlos Geilson, dialogar com a deputada Luiza Maia, minha querida amiga, e com o deputado Pastor Sargento Isidório. Eu acredito que cada um, dentro das suas concepções, tem seus posicionamentos, mas isso não deve extrapolar as nossas relações de ideias, aqui, na Casa. Tenho a convicção de que, ao final do debate sobre esse tema, chegaremos a essa conclusão.

Acredito, deputado Joseildo Ramos, que temos de encontrar uma forma de redigir no Plano Estadual de Educação algo que não crie nenhum tipo de constrangimento para nenhuma das partes, respeitando as posições de cada um. Acredito que temos de encontrar uma forma de garantir que a educação seja um espaço de não admitir qualquer tipo de possibilidade de discriminação em qualquer situação. Isso, na minha opinião, quando a gente fala da diversidade e que não podemos criminalizar, nem discriminar nenhum tipo de relação, acredito que

acabamos atendendo a todas as expectativas, sem necessariamente ter de escrever algo que pode, ao olhar do outro, estar ferindo a sua suscetibilidade.

Por isso, quero dizer que devemos continuar com esse debate. Ontem, a Bancada do Partido dos Trabalhadores conversou com o Líder do Governo, no sentido de retirar esse projeto, neste momento, para que nós possamos fazer um debate mais aprimorado sobre o tema.

O secretário de Educação virá à Assembleia, na próxima terça-feira, para fazer uma apresentação para esta Casa. Desejo que a gente possa, no decorrer dos próximos 20 ou 30 dias, debater sobre esse tema, tirar todas as dúvidas e as divergências e aprovar, na minha opinião, por unanimidade, um plano que interesse à educação da Bahia e do Brasil.

Nesse sentido, quero agradecer ao deputado Joseildo Ramos pela sensibilidade de inverter a ordem das nossas falas. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de até 5 minutos. Teremos o prazer de ouvir o discurso do sempre brilhante deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos aqueles que nos ouvem e que nos assistem pela *TV Assembleia*, subo a esta tribuna para dialogar com alguns discursos que foram trabalhados ainda hoje, a exemplo do que se fez ao longo desses momentos de crise, dessa dinâmica, desse processo que estamos a passar de uma maneira atroz em nosso País.

Quando eu ouço que não seria golpe o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff... Tecnicamente e juridicamente não há nenhum espaço para caracterizar o crime de responsabilidade, que é o gatilho que dá o tapete para o impeachment.

A deslegitimação da política fica clara no momento em que a parcela da população que está nas ruas, cuja maioria votou naquele que perdeu para Dilma Rousseff, que tem três vezes mais renda do que qualquer brasileiro comum, que é mais branco do que a maioria dos brasileiros – portanto, é parte daquela parcela que votou no adversário da Dilma Rousseff –, não aceita as grandes lideranças do PMDB, do PSDB, dos partidos que pleiteiam o impedimento da Dilma Rousseff. Essa turma não os aceita, os escorraça, não os considera como legítimos, não se sentem representados por eles. Isso é um caos!

O ministro Barroso, numa exclamação, falando privadamente, disse: “Aquele cena daquele dia.” Herzem Gusmão, acredito que V.Ex^a estava presente em Brasília, talvez, quando lá estavam Cunha, Romero Jucá, Temer, e todo mundo de braço para cima! Com o impedimento de Dilma Rousseff será essa turma a presidir este País! A exclamação do ministro Barroso foi feita. O que nos espera é essa turma que não pode ir às ruas, como nós vamos para defender os nossos pontos de vista! Para defender os

nossos pontos de vista!

No ocaso do governo do Fernando Henrique Cardoso, nos estertores daquele governo os indicadores econômicos eram muito mais combalidos, muito mais abissais do que os que têm hoje. Não há dúvida! Não há dúvida de que o Brasil daquela época era pior! O patrimônio da Petrobras, mesmo com o petróleo em baixa do jeito que está, era maior do que o que é hoje. As sete irmãs, as maiores petroleiras do mundo, todas deram prejuízo, e não foi por corrupção!

Foi denunciado na lista da Odebrecht que houve uma propina para o PFL daquela época de 10 milhões de dólares, num equipamento comprado à Alstom francesa que faz parte do parque industrial da Refinaria Landulpho Alves! Isso foi na década de 80! Quem governava a Bahia?! Qual era o lema então?! Aquele que rouba mas faz! Era bonito para a Bahia, a Bahia do ferrorama, aquele brinquedo calça curta, o metrô da vergonha de Salvador em que o Ministério Público apontou, claramente, um superfaturamento de 166 milhões de reais para um vice-presidente da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito da Petrobras!

São essas freiras, essas vestais, esses exemplos o dia seguinte do pós-Dilma! O que será para este Brasil?! Essa interrogação deve pairar na cabeça de cada deputado de todo Parlamento brasileiro.

E nos alegra muito ir para a rua dizer “Não vai ter golpe!” É melhor para todos nós! No sistema presidencialista só existe uma forma de apelar do poder o presidente: o *impeachment*. Mas existe uma regulamentação técnico-jurídica que precisa ser seguida para o bem do pleno Estado de Direito em nosso País.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado José de Arimatéia, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, ontem na Comissão de Saúde conseguimos, graças a Deus, aprovar uma agenda importante. No dia 7 agorinha é comemorado o Dia Mundial da Saúde. E no próximo dia 12 teremos uma audiência pública em comemoração à data.

Também aprovamos no Colegiado visitas a duas cidades: Conceição do Coité, no dia 6 de maio, e Feira de Santana, deputado Carlos Geilson, no dia 20. Teremos lá audiências pública para discutir a questão da saúde pública municipal.

Hoje, Sr. Presidente, na Comissão de Defesa do Consumidor nós tivemos uma audiência pública muito importante. Contamos com a presença da Dr^a Fabiana Pellegrino, Juíza Titular da 2^a Vara do Sistema dos Juizados Especiais do Consumidor, da Aceba, Associação de Defesa dos Direitos dos Consumidores do Estado da Bahia, do representante do Ministério Público, Dr. Roberto de Almeida Borges, da Dr^a Cristina Teixeira Cardoso, representante do Planserv, de Jamile Ferraz, médica e auditora do Tribunal de Justiça da Bahia, da Dr^a Eliana Batista Cavalcante,

representando a Defensoria Pública, e do Sr. Danilo Rebelo, chefe do núcleo da ANSS, Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Discutimos os problemas que dizem respeito aos planos de saúde. Temos uma deficiência aqui na Bahia, principalmente na cobertura de alguns deles, e um problema sério nos destinados aos idosos. Estes estão sendo realmente penalizados pela diferença do aumento dos seus planos. A Agência Nacional de Saúde tem uma cobertura limitada, tímida no Estado da Bahia, porque só fica na capital e não tem representantes no interior para receber as reclamações.

Não contamos com a presença de representantes das cooperativas que prestam serviços, com as quais deveríamos discutir a questão dos preços da prestação de serviço e dos preços abusivos dos materiais. Essa discussão precisa ser ampla, e hoje nós demos o pontapé inicial ao contarmos com as presenças desses atores.

Foram esclarecidas as deficiências, sendo um dos maiores problemas a negativa da cobertura dos planos de saúde. Nem todos cobrem no momento em que o paciente precisa de serviços da alta complexidade. Tudo isso foi colocado em pauta. Esperamos agora ter outras reuniões para que esses órgãos possam dar as suas explicações, porque os consumidores não podem ser mais penalizados.

Para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria de convidar os Srs. Deputados para a sessão especial que teremos amanhã, às 15h, em comemoração ao Dia Nacional dos Animais, quando teremos aqui no estacionamento da Assembleia a exposição de adoção dos animais, evento que vamos realizar pela segunda vez. A Bahia sai na frente ao levar para conhecimento das autoridades a importância de cada cidadão fazer o seu gesto ao adotar um animal. E também estaremos aqui discutindo as necessidades que as ONGs e as outras instituições têm para prestar serviços, tendo em vista a falta de apoio das autoridades competentes.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Muito obrigado, deputado.

Com a palavra a deputada Maria del Carmen pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, Sr^{as} Taquígrafas, aqueles que nos assistem pela *TV Assembleia*, profissionais da imprensa, primeiro, eu queria parabenizar o deputado Zé de Arimatéia pela realização dessa audiência pública, hoje pela manhã, para discutir os planos de saúde, na qual eu não tive a oportunidade de estar presente. Sei que ele trouxe alguém extremamente competente, a juíza Fabiana Pellegrino, que em outra audiência dessa comissão fez aqui uma belíssima discussão sobre o combate ao superendividamento individual, mostrando a necessidade de se trabalhar esse tema com a população.

Mas venho a esta tribuna neste dia para falar de um programa extremamente importante, o Minha Casa, Minha Vida, que teve a sua fase 3 lançada pela Exm^a Sr^a Presidenta Dilma Rousseff no último dia 30, em Brasília. Trata-se do maior programa habitacional hoje em curso no mundo, com recursos subsidiados na faixa de zero a um salário mínimo de até 90% do valor do imóvel, é a primeira vez na história deste

País que se faz habitação na proporção, na dimensão, com as características, com apresentação dos projetos como esse Programa Minha Casa Minha Vida.

Esse programa que já contratou mais de 4 milhões de unidades habitacionais em 7 anos, com dois milhões e seiscentas mil unidades já entregues, representando 10 milhões de pessoas que atingiram o sonho da realização da casa própria, é lançado agora na terceira fase, ampliando o programa, aperfeiçoando ainda mais esse programa que é extremamente importante para a nossa população.

Programa que, inicialmente, tinha imóveis numa área construída de 39m², amplia-se para 41m²; ele passa a ter tratamento acústico e térmico, as paredes passam a ter tratamento diferenciado, acústico e térmico; passa a ter um compromisso com a reutilização da água; passa a ter a possibilidade de que se economize energia nas áreas comuns.

Era só isso que eu gostaria de registrar. Agradeço também à *TV Assembleia*, que deu toda a cobertura hoje a essa audiência pública realizada pela Comissão de Defesa do Consumidor.

Que Deus abençoe a todos! Um forte abraço a vocês que nos assistem em casa através da *TV Assembleia*.

(Não foi revisto pelo orador.)

É exigência de que a partir de agora os conjuntos também sejam arborizados, para cada duas casas uma árvore e para cada cinco apartamentos também uma árvore; as calçadas se ampliam; as ruas também se ampliam para evitar que tenhamos ruas menores, até porque se insere na malha urbana ou deve se inserir na malha urbana, e para isso é necessário que as calçadas e as ruas sejam maiores

É absurdo que em Salvador ainda se continue fazendo calçadas com um metro e meio de largura e em outros municípios também, mas digo Salvador pelo tamanho da nossa cidade. A distância mínima entre as residências também se amplia; é necessário e obrigatório rotas acessíveis; a infraestrutura para instalação da fibra ótica para internet também é obrigatória que seja realizada desde o início; aquecedor solar para todas as unidades. As empresas a partir de agora darão entrada nos seus projetos e eles serão analisados, pontuados e os melhores projetos serão aprovados para serem resolvidos.

Portanto, o programa traz, Sr. Presidente, com a tolerância de V.Ex^a, um avanço expressivo para o Programa Minha Casa Minha Vida, e o que é mais importante inclusive, ele cria a faixa inicial que ia até R\$ 1.600,00 de salário da família, do núcleo familiar, passa para R\$1.800,00 e cria uma faixa intermediária, que é a chamada faixa de um salário e meio, que vai até R\$2.350,00, permitindo que as famílias que estavam situadas entre um salário mínimo e um salário mínimo e meio e que tinham enormes dificuldades de serem sorteadas, escolhidas, selecionadas para receber as suas unidades, passam a partir de agora a ter a possibilidade de entrar nessa

faixa com o subsídio de até R\$ 45.000,00 por unidade, unidades que podem chegar até R\$135.000,00, portanto com R\$45.000,00 de subsídio.

Em outra oportunidade, voltarei a esta tribuna para continuar falando dos avanços que o programa representa, um cadastro único nacional agora, com critérios através da internet, para que as pessoas acessem para saber qual a sua posição e qual a perspectiva...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputada.

A Sr^a MARIA del CARMEN:- ... de poder ser selecionada.

Com a tolerância de V.Ex^a, Sr. Presidente, portanto o programa dá uma nova dimensão, um novo avanço, com a certeza, a convicção de que esse programa, tão importante para as famílias brasileiras, continuará ampliando e levando a felicidade, a alegria para muitas outras famílias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Sidelvan Nóbrega pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, subo a esta tribuna para falar de dois assuntos importantes. Como já havia falado antes, a nossa briosa e competente Polícia Militar do Estado da Bahia tem sofrido por falta de investimento do governo do Estado e, por isso, ela não tem conseguido prestar um bom serviço à população do Estado da Bahia, fazendo assim com que a criminalidade tenha a sensação de que não precisa respeitar a polícia e não precisa fazer com que os meios de repreensão não lhe seja dito.

Só nesse mês de março, senhoras e senhores, Sr. Presidente, 141 pessoas foram assassinadas no nosso Estado! Não estou falando de um estado de guerra, nós estamos falando de um estado normal. Foram assassinadas 141 pessoas, segundos dados da própria Secretaria da Segurança Pública do nosso Estado. Foram aproximadamente 40 tentativas de homicídios, 92 roubos a coletivo, 61 veículos roubados e treze furtados. No nosso Estado, deputado Herzem Gusmão, a cada hora um veículo é tomado de assalto nas ruas.

Nós sabemos, Sr^{as} e Srs. Deputados, que esse número, apesar de assustador, não representa a nossa realidade, porque nem tudo que acontece é repassado para a população. Os membros da imprensa aqui presentes podem afirmar isso. Hoje mesmo eu vi um vídeo de um policial militar sendo executado pelos bandidos, o policial que trabalhava como P2, informante da Polícia Militar, foi descoberto pelos bandidos e assassinado. Os bandidos tiveram a ousadia de gravar isso e mandar para a imprensa.

A prova disso, deputado Herzem, é o distrito lá de Cercadinho, no município de Vitória da Conquista, que V.Ex^a conhece bem assim como o deputado Prisco. Vejam

que a inteligência dos bandidos está superando as estratégias do Estado contra a violência. Com quase quatro mil habitantes, esse distrito de Cercadinho vem sendo constantemente afrontado pela ousadia dos bandidos, que chegam a fechar a estrada do território, tomam todos os moradores de assalto. Isso não aconteceu só uma vez, nem duas, tem acontecido constantemente lá no município. E pasmem os senhores, o módulo policial mais próximo fica a 48 quilômetros! Ora, os moradores desse distrito sequer têm, do Estado da Bahia, do Sr. Governador, que diz que está prestando um bom serviço ao nosso Estado... Mas está aqui: a única questão lógica é que os bandidos conhecem a ineficácia e a ineficiência do nosso modelo de combater a violência. Quem paga por isso é a população do nosso Estado e os policiais que estão nas ruas constantemente arriscando suas vidas sem sequer o Estado lhes dar condição para o trabalho.

Outra coisa que quero falar nesta tribuna e chamar a atenção é para o projeto Luz para Todos. Tive a oportunidade de saber como ele anda e a Coelba nos informou, deputado Herzem, que o governo do Estado não paga e por isso está suspenso o Luz para Todos para a população que mora nos seus distritos.

Por isso, quer chamar a atenção do governador do Estado da Bahia, quero chamar a atenção dos deputados nesta Casa: isso é um absurdo! O governo do Estado, que faz a sua propaganda pela Bahia afora, nos outdoors, dizendo, deputada Maria del Carmen, que está executando o programa Luz para Todos, e a Coelba afirmou a este deputado que aqui está que não executa mais nenhuma extensão porque não recebe o dinheiro do Estado da Bahia.

Isso é uma vergonha para o nosso Estado, uma vergonha para a população baiana e uma vergonha para esse governo que está aí.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Grande amigo, nobre presidente desta sessão, deputado Carlos Geilson, deputada Maria del Carmen, deputados, venho a esta tribuna hoje, inicialmente, para me associar a toda a preocupação com a violência e a segurança pública, temas que vêm pautando os debates nesta Casa, em função, até, da solicitação do chamamento do concurso da Polícia Civil de 2013, pauta essa, acho, de consenso, e certamente estaremos envidando esforços para, junto com o governador Rui Costa, encontrarmos a saída para a nomeação dos 761 policiais.

Mas na segurança pública, deputado Adolfo, V.Ex^a, que abordou o assunto nesta Casa, temos várias opções, que vão desde a educação até as medidas punitivas, à valorização dos profissionais, enfim. Chamo a atenção hoje para o estado em que se encontra o município de Maragójepe, com uma situação muito ruim na segurança

pública por causa do seu limitado efetivo, como também, talvez, da falta de oportunidades para os jovens, da pouca inclusão no mercado de trabalho.

O município sofreu, deputado Herzem, um baque enorme com o fechamento do Estaleiro São Roque do Paraguaçu. Aliás, queria saudar a todos os maragojipanos, em especial todos os munícipes de São Roque do Paraguaçu, onde chegou a haver uma esperança de melhoria de trabalho. Vários pescadores e marisqueiras se capacitaram para estar nos estaleiros e, devido à crise econômica nacional, tivemos interrompido o processo, que era uma esperança de desenvolvimento econômico. Aumentou a criminalidade, o tráfico de drogas, com a perda de postos de trabalho na região.

O município sofre até com diminuição da qualidade das estradas. Há tempo pedimos que a estrada que liga a sede de Maragójepe a São Roque do Paraguaçu fosse requalificada, e esperamos que essa obra esteja no plano de recuperação da malha asfáltica para a qual um empréstimo foi aprovado recentemente por esta Casa.

Mas aqui, quando fazemos um apelo, deputado Carlos Geilson, pela segurança pública, fazemos um apelo para que possam ser chamados os novos concursados, que possam ser investidos recursos em equipamentos, em escolas, em geração de emprego e renda, enisso temos, obviamente, um consenso. Tendo certeza de que faz muita diferença a nomeação.

Mas quero aproveitar que o deputado José de Arimatéia está aqui para parabenizá-lo pela excelente audiência pública que presidiu sobre planos de saúde sob a ótica do consumidor. Aqui estiveram presentes o Ministério Público, através do Dr. Roberto Gomes, a Dr^a Cristina Cardoso, do Planserv, a Dr^a Mariléia, representando o Bradesco, o Sr. Epifânio, representando a Associação dos Consumidores do Estado da Bahia, a Defensoria Pública, a amiga Dr^a Fabiana Pellegrino, para entendermos que os planos de saúde fazem parte do sistema de saúde suplementar, mas integram o sistema de saúde. Já foi dito por nós que precisamos de uma câmara técnica para, junto com esses atores e as entidades médicas, as entidades de usuários, o controle social, os fornecedores, possamos encontrar uma solução para as constantes reclamações de negativa de cobertura, de descredenciamento de serviços, de falta de leitos para a área de obstetrícia, de falta de ressarcimento ao SUS pelos muitos usuários de planos de saúde que procuram hospitais públicos, da falta de remuneração justa para os profissionais de saúde.

É complexo o problema, mas tenho certeza, deputado José de Arimatéia, de que, ao pautar esse assunto nesta Casa, ao protagonizar essa câmara que chamo de “consensos”, diminuiremos a judicialização na saúde, garantindo acesso ao usuário de plano de saúde, que, quando tem o seu plano, acha que está garantida a sua cobertura, embora, na verdade, diante de tantas reclamações e representações, não está exatamente garantida.

Então, parabéns a V.Ex^a, conte com o nosso apoio para tratar desse tema e para continuar pautando esse tema, para diminuir as reclamações e garantir o acesso do usuário do plano de saúde aos planos efetivamente contratados e que complementam o SUS tão bem e que fazem parte do grande sistema, com vários atores igualmente

importantes.

Obrigada pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Sr. Presidente, deputado Carlos Geilson, V.Ex^a fica muito confortável nessa presidência.

Quero mais uma vez manifestar a minha preocupação com a segurança pública no Estado da Bahia. No dia de hoje, mais uma vez, vemos a manchete: “*Quadrilha cerca a companhia da PM e assalta três bancos ao mesmo tempo em Irará*”, ali, do lado da sua querida Feira de Santana, deputado Carlos Geilson, o que mostra, mais uma vez, infelizmente, que a segurança pública não é prioridade no nosso Estado. Durante 30 minutos, os bandidos cercaram a cidade e assaltaram 3 bancos, levando terror, levando insegurança à população de Irará.

Ainda hoje, aqui pertinho, na Paralela: (Lê) “*Bandidos matam vigilante em tentativa de assalto a papelaria*”. Isso mostra, realmente, o descontrole da segurança pública em nosso Estado.

Quero pedir atenção ao governador, pedir atenção ao governo do Estado, em relação à segurança pública. Infelizmente, o cidadão de bem, hoje, anda com medo, trancafiado em sua casa, enquanto a bandidagem anda à solta, e isso não é só na capital do nosso Estado, deputado Herzem Gusmão. Tenho certeza de que em Vitória da Conquista a população também não tem mais a mesma tranquilidade de antes.

Hoje, morando no interior ou na capital, todos nós estamos reféns da violência. A segurança pública tem que ser tratada como prioridade nesse governo, mas não vejo essa priorização da segurança pública para combate ao crime, não vejo atenção diferenciada para proteger a população. Segurança pública é dever do Estado, o governo deve, sim, priorizar a segurança pública, e o que eu vejo é uma preocupação exacerbada com a propaganda. Liga-se a televisão, liga-se o rádio, vê-se o *outdoor* nas ruas – propagandas e mais propagandas, e muitas vezes aquelas propagandas não correspondem à realidade. Digo sempre isso em relação ao sul da Bahia. Diversas vezes já falaram da FIOL, fizeram diversas propagandas com aquele trenzinho bonito, deputado Herzem Gusmão, que dá até vontade de pegar aquele trenzinho, de saber onde tem aquele trem, e não existe esse trem da FIOL.

A questão do Porto Sul, também. Propagandas e mais propagandas mostrando aquele porto, os navios, e nada. Onde está o porto? Não tem porto.

Então, queria mais uma vez e cobrar do governo do Estado que se priorize a segurança pública. A população não aguenta mais tamanha falta de segurança, tamanha insegurança que vivemos, hoje, no nosso Estado. Deixo, aqui, o meu recado, mais uma vez, e a minha indignação com o que aconteceu hoje na cidade de Irará, ao

lado da sua querida Feira de Santana, onde a população acordou assustada, intranquila, vendo, realmente, os bandidos fecharem a cidade, assaltarem três agências ao mesmo tempo e depois fugirem.

Então, fica, aqui, a minha cobrança ao governo do Estado e a cobrança também para a nomeação dos policiais civis que estão aí. Basta boa vontade, basta priorizar, basta transformar segurança pública em prioridade de governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, nobre deputado Pedro Tavares.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Herzem Gusmão:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem, deputado Herzem Gusmão. É com prazer que ouço V.Ex^a.

O Sr. Herzem Gusmão:- Ao formular a minha questão de ordem, presidente, quero manifestar a minha alegria pela forma como a imprensa nacional – nós somos colegas – vem se posicionando. Vi a independência da imprensa brasileira! Estamos num País livre. Vi, no Roda Viva, o jornalista Antônio Neumann Filho questionando o ministro Marco Aurélio. Num determinado momento o ministro perguntou se ele não acreditava na Suprema Corte, e ele disse que não. Ele disse: “Não, em razão do que está acontecendo em Brasília.” Ele disse que, ao lado do Supremo Tribunal Federal, o ex-presidente Lula montou um escritório. Segundo o jornalista, ele estava comprando deputados e cobrava do Supremo Tribunal Federal essa postura. Faço essas colocações, porque estamos, presidente, colega do rádio de Feira de Santana, num País livre. Como é importante uma imprensa livre!

Nós queremos, nesta ocasião, realçar este momento ímpar da contribuição histórica que a imprensa nacional vem dando. Quando se faz uma pesquisa – há dados recentes –, a classe política, os partidos políticos, a atividade política está em último lugar. O povo brasileiro não acredita mais na atividade política. Quando você observa os primeiros lugares, está lá o Corpo de Bombeiros, a Igreja e outras instituições. A imprensa está muito bem posicionada em recentes pesquisas, mas a classe política vivencia um momento muito difícil. Esperamos que o Congresso Nacional, que os deputados, os senadores, bem como os deputados estaduais, os vereadores e os prefeitos, enfim, que toda a classe política do País venha estar em sintonia com o que deseja o povo brasileiro, porque todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido.

É por isso que falam até em eleições gerais, como se fosse para passar uma régua, zerar o processo, o que me parece que contará com o apoio do povo brasileiro.

Gostaria, ao formular a nossa questão de ordem, para encerrar, que o presidente procedesse a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Muito obrigado, deputado Herzem Gusmão.

Acolhendo o pedido de V.Ex^a, não havendo número suficiente de deputados para a sequência da sessão, declaro-a encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.